

# 1º SIMULADO ESPECIAL TRF 3ª E TRF 4ª



**Estratégia**  
CONCURSOS



# Simulado Exclusivo para Assinantes

## Simulado TRF - 3

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF 3 e do TRF 4;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://estr.news/Simulado-TRF3-01>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)  
25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)  
49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

**CONHECIMENTOS GERAIS****PORTUGUÊS****TEXTO I****O filósofo Alan Watts: "Por que a educação moderna é uma farsa"**

Um prolífico orador, escritor e filósofo, Alan Watts foi uma das primeiras figuras contemporâneas no início do século XX a levar a filosofia e o pensamento Zen Oriental a um grande público ocidental. Ele foi uma figura instrumental na revolução da contracultura dos anos 60 e continuou a escrever e filosofar até sua morte, em 1973. Suas palestras e escritos hoje parecem estar vendo um ressurgimento da popularidade.

Em nossa era atual de ansiedade industrializada em massa, tanto estudantes quanto educadores estão trabalhando em horas mais extenuantes e improdutivas, enquanto, ao mesmo tempo, ainda estão com desempenho ruim quando comparados a sistemas educacionais mais relaxados e produtivos, como os da Escandinávia.

"Se a felicidade sempre depende de algo esperado no futuro, estamos perseguindo um fogo-fátuo que jamais alcançaremos, até o futuro, e nós mesmos desapareceremos no abismo da morte."

Para a grande maioria de nós, nossos primeiros anos de vida foram definidos pelas escalas sempre crescentes em que progredimos, desde o ensino fundamental até o ensino médio e assim por diante. Estes eram os nossos símbolos internos de classificação e status à medida que avançávamos nas grandes mudanças biológicas e mentais de nossa vida, mudando de um degrau bem colocado para outro e seguindo as ordens de nosso professor, se quiséssemos acompanhar o caminho já estabelecido para nos tornarmos um membro de sucesso da sociedade.

Alan Watts achava essa ideia uma progressão estranha e antinatural de nossos primeiros anos de vida, e algo que indicava uma questão muito mais profunda em como vemos a natureza da mudança e da realidade. Watts diz:

"Vamos fazer a educação. Que farsa. Você tem uma criança, você vê, e você a coloca em uma armadilha e a envia para a creche. E, na creche, você diz à criança: 'Você está se preparando para ir adiante. E então vem o primeiro grau, e segundo, e terceiro grau'. Você está gradualmente subindo a escada em direção ao progresso, e então, quando chega ao final dessa etapa, você diz: 'agora você está realmente indo em frente'. Certo? Errado."

Quer conscientemente reconhecamos isso ou (quer não, essa natureza progressiva e expectante da realidade que fomentamos durante nossos anos de escola é algo que se torna um tecido inegável da maneira como vivemos e pensamos. Ela fica conosco toda a nossa vida.

Estamos constantemente avançando para uma meta que está fora de alcance – nunca no agora, sempre mais tarde, ou depois disso ou daquilo que foi alcançado. Watts acreditava que essa mesma lógica se aplica a nós quando deixamos o sistema escolar em camadas. Ele continua dizendo: "Mas na direção dos negócios, você vai sair para o mundo e ter a sua pasta e seu diploma. E então você vai para sua primeira reunião de vendas, e eles dizem 'Agora saia e venda essas coisas',

porque então você está subindo a escala nos negócios, e talvez você consiga uma boa posição e você a vende e aumenta sua cota. "E então, por volta dos 45 anos, você acorda certa manhã como vice-presidente da empresa e diz para si mesmo olhando no espelho: 'Eu cheguei. Mas me sinto um pouco enganado porque eu sinto o mesmo que sempre senti...'"

**01.** O autor argumenta no sentido de que

- a) a escola apenas ilude os alunos com etapas desnecessárias, constituindo uma fase dispensável da vida adulta.
- b) a educação moderna é uma farsa, dado que os alunos não conseguem superar o desempenho de sistemas educacionais mais relaxados e produtivos, como os da Escandinávia.
- c) não obstante ser uma tendência atual, a projeção da felicidade sempre em um evento futuro é frustrante e contraproducente.
- d) a divisão das etapas educacionais em etapas faz com que apenas os últimos anos de estudo sejam realmente determinantes para o sucesso profissional.
- e) nem mesmo um vice-presidente de sucesso no mundo dos negócios encontra felicidade em suas realizações.

**02.** O foco narrativo em primeira pessoa do plural, verificado em formas como "nossa era" (2º parágrafo) e "vivemos" (7º parágrafo), tem o propósito argumentativo de

- a) mostrar que o autor fala em nome próprio para um grande público leitor.
- b) incluir o leitor no universo das ponderações, dando caráter generalizante às declarações feitas.
- c) relatar noções que entende verdadeiras e particulares, mas que poderiam ser refutadas pelo leitor.
- d) mitigar o valor universal dos fenômenos comentados.
- e) refutar a segmentação de comportamentos específicos.

**03.** Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) uma meta que está fora de alcance (8º parágrafo) = um sonho ora inatingível
- b) achava essa ideia uma progressão estranha (5º parágrafo) = considerava a noção uma hierarquia desconhecida
- c) tanto estudantes quanto educadores estão trabalhando (2º parágrafo) = não só educadores, mas também estudantes estão trabalhando
- d) essa mesma lógica se aplica a nós (8º parágrafo) = tal silogismo vale para nós
- e) foi uma das primeiras figuras contemporâneas (1º parágrafo) = foi um dos primeiros filósofos modernos

**04.** Está claro, correto e coerente o livre comentário sobre o texto

- a) Não obstante haja muitas formas de escalonar os níveis educacionais, a dinâmica progressiva sempre far-se-á condicionada a patamares posteriores.
- b) Quem passa a vida entre alunos sempre em processos de avaliações periódicas não entendem como pode ser positivo tais mecanismos.
- c) Conquanto valha a pena o desempenho que se meça em função de níveis progressivos de aprendizagem, a sensação de que ainda se depende de um evento futuro ainda nos ocorre.
- d) À medida em que os profissionais vão evoluindo em suas carreiras, passam a perceber que o nível atual de sucesso ainda não é suficiente.
- e) Cada país do mundo busca responsabilizar-se pela divisão das etapas escolares mais eficiente, consoante métricas educacionais.

**05.** O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- a) A muitos professores (interessar) mais a observância de diretrizes acadêmicas do que a evolução real.
- b) Até mesmo aos momentos mais remotos (dedicar) aquele estudante sua obsessiva preparação.
- c) A muitos educadores não (ocorrer) bem distinguir previdência de futurologia.
- d) Sempre (haver) tantas preocupações com o futuro, de forma que o presente vai sendo vilipendiado.
- e) Há profissionais cuja dedicação (ultrapassar) em muito os limites do razoável.

## TEXTO II

### Qual é o alimento da crítica?

A crítica é mantida e acrescida de acordo com as atitudes que o receptor da mesma tem, ou seja, se ele acreditar e der poder a ela, a mesma se transformará em algo realmente existente e, pior do que isso, extremamente potente e alienante. Em outras palavras, ele criará uma barreira contra si mesmo, por conta de uma inverdade criada por um inimigo, que irá transformá-lo em um ser que faz da autossabotagem a sua âncora.

Em contrapartida, esse grande demônio perderá totalmente sua eficácia se seu receptor tiver plena confiança em suas competências e principalmente, se este tiver a habilidade de olvidar no momento em que esse "barulho" ensurdecedor chegar até ele, ou seja, se ele entender que ninguém possui o direito de fazer uma avaliação de seus pontos fracos, ele fará com que esse "fiscal" perca sua farda e sua capacidade de múltiplo-lo.

O que você precisa entender é o seguinte: as pessoas nunca estarão satisfeitas com sua personalidade, haja vista que elas possuem um sonho utópico de que, um dia, essa terra será recheada de seres que possuem pensamentos análogos entre si, onde opiniões sempre convergem.

**06.** Depreende-se corretamente do texto que

- a) críticas geram um efeito de autossabotagem na estima, que trava o receptor como uma âncora
- b) deve-se ignorar a crítica, para que seu efeito nocivo não machuque os sentimentos do receptor.
- c) a crítica tem um grande poder didático de proporcionar evolução nas habilidades pessoais
- d) o poder e os efeitos de uma crítica definem-se em função da reação do receptor, que pode, inclusive, tornar-se imune ou vulnerável a ela.
- e) a crítica não possui poder algum sobre o receptor, pois as pessoas nutrem a confiança para sabê-la mentirosa.

**07.** O que você precisa entender é o seguinte: as pessoas nunca estarão satisfeitas com sua personalidade, haja vista que elas possuem um sonho utópico...

Respeitando-se o sentido original e padrão culto da língua, a expressão sublinhada poderia ser substituída exceto por

- a) porque.
- b) dado que.
- c) uma vez que.
- d) posto que.
- e) na medida em que.

08. Considere o trecho:

“ele criará uma barreira contra si mesmo” (1º parágrafo)  
Transpondo a frase acima para a voz passiva, a redação correspondente será

- a) uma barreira será criada por ele.
- b) criar-se-á uma barreira por ele mesmo.
- c) uma barreira contra si mesma será criada.
- d) será criada uma barreira contra ele mesmo.
- e) uma barreira contra si mesmo será criada.

09. Há adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Se houvesse resistência absoluta às críticas, nenhuma pessoa, em nenhuma hipótese, jamais poderá avaliar suas próprias falhas.
- b) Embora a crítica construtiva venha a ostentar uma notória contribuição pedagógica ao autoexame, é de se supor que o rigor excessivo possa vir a causar desconforto contraproducente.
- c) Conhecendo suas próprias virtudes e tudo que o que já fez em suas experiências de vida, o homem pudesse blindar-se das inverdades que o magoarão.
- d) Na utopia da convergência total de ideias, caso se atinja um dia tal dimensão, o benefício da oposição dialética perder-se-ia.
- e) Percebe-se que a malícia da crítica inverídica sempre prejudicará quem a ouvira.

10. Sobre as estruturas do texto, analise as seguintes afirmações:

**I-** Se a conjunção “se”, em “se seu receptor tiver plena confiança...” (2º parágrafo) for substituída por “caso”, a forma verbal “tiver” será conjugada no presente do subjuntivo.

**II-** O trecho “esse “fiscal” perca sua farda e sua capacidade de multá-lo” (2º parágrafo) foi usado em sentido figurado.

**III-** O termo “de seres” (3º parágrafo) funciona como complemento nominal.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) Apenas II.
- d) I e II.
- e) Apenas III.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Um lojista adquiriu uma mercadoria por R\$ 350,00. Para determinar o preço de venda desse produto em sua loja, o lojista decidiu que o valor deveria ser suficiente para dar 30% de desconto sobre o preço de venda e ainda assim garantir lucro de 20% sobre o preço de compra. Nessas condições, o preço que o lojista deve vender essa mercadoria é igual a

- a) R\$ 620,00.
- b) R\$ 580,00.
- c) R\$ 600,00.
- d) R\$ 590,00.
- e) R\$ 610,00.

12. Guilherme e Bruno disputam um jogo, um contra o outro, sendo que a cada jogada o dinheiro que um perde é equivalente ao que o outro ganha. De início, Guilherme tem o dobro do dinheiro de Bruno para apostar. Depois de algumas partidas, Guilherme perdeu R\$ 400,00 e, nessa nova situação, Bruno passou a ter o dobro do dinheiro de Guilherme. No início desse jogo, Guilherme e Bruno tinham, juntos, para apostar um total de

- a) R\$ 1.200,00.
- b) R\$ 1.100,00.
- c) R\$ 1.250,00.
- d) R\$ 1.150,00.
- e) R\$ 1.050,00.

13. Uma pesquisa foi realizada entre os professores do Estratégia e concluiu-se que  $\frac{2}{3}$  dos professores são homens e  $\frac{3}{5}$  falam inglês. Sabendo que  $\frac{1}{12}$  dos professores são mulheres que não falam inglês, pode-se concluir que os homens que falam inglês representam, em relação ao total de professores, uma fração equivalente a

- a)  $\frac{3}{10}$
- b)  $\frac{7}{20}$
- c)  $\frac{2}{5}$
- d)  $\frac{9}{20}$
- e)  $\frac{1}{2}$

14. No período de 2030 a 2050, os anos bissextos (isto é, aqueles com 366 dias) são todos aqueles divisíveis por 4. Sabendo que 2030 terá 53 terças-feiras, o primeiro ano desse período em que o dia 1º de janeiro cairá em uma sexta-feira será

- a) 2033
- b) 2034
- c) 2036
- d) 2038
- e) 2039

15. A negação de "Alice ou Paulo vão ao Pão de Açúcar e Mariana vai ao Cristo Redentor" e:

- a) Alice ou Paulo não vão ao Pão de Açúcar e Mariana não vai ao Cristo Redentor.
- b) Alice e Paulo não vão ao Pão de Açúcar ou Mariana não vai ao Cristo Redentor.
- c) Alice e Paulo não vão ao Pão de Açúcar e Mariana vai ao Cristo Redentor.
- d) Alice ou Paulo vão ao Pão de Açúcar ou Mariana não vai ao Cristo Redentor.
- e) Alice e Paulo não vão ao Pão de Açúcar ou Mariana vai ao Cristo Redentor.

### **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

16. Fábio Dutra exerce atividades de alimentação de estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares em instituições públicas. De acordo com a norma de regência, Fábio é:

- a) acompanhante, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- b) atendente pessoal, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- c) profissional de apoio escolar, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- d) agente de integração, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- e) facilitador de inclusão social, se excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

17. Heber Carvalho e Ricardo Vale, antes de ingressarem no mundo dos concursos, empreendam no segmento de hotéis. O Hotel Coruja Azul, edificado em 2008, precisou, com a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, adequar-se às regras de acessibilidade previstas. Entre elas, consta a exigência de disponibilização de dormitórios acessíveis. Considerando que o hotel consta com 200 quartos, é obrigatório disponibilizar:

- a) 4 dormitórios acessíveis.
- b) 10 dormitórios acessíveis.
- c) 20 dormitórios acessíveis.
- d) 40 dormitórios acessíveis.
- e) todas unidades térreas acessíveis.

18. No que diz respeito às regras de acesso à justiça para a pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- a) O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.
- b) A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, exceto no exercício da advocacia.
- c) A pessoa com deficiência será submetida à curatela para a prática de atos patrimoniais e negociais.
- d) Os curadores são obrigados a prestar, semestralmente, contas de sua administração ao juiz.
- e) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

19. Juan, espanhol, é casado com Maria, brasileira naturalizada. O casal reside na Itália, onde nasce o seu filho Manuel. Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Manuel somente será brasileiro nato caso Maria esteja morando na Itália a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) Manuel não será brasileiro nato, uma vez que sua mãe não possui a nacionalidade brasileira originária.
- c) Manuel poderá ser brasileiro nato mesmo que não seja registrado em repartição brasileira competente.
- d) Manuel será brasileiro nato, independentemente do local do seu nascimento, já que sua mãe é brasileira.
- e) Manuel será brasileiro naturalizado ao fixar residência no Brasil por mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e não ter condenação penal, desde que assim o requeira.

20. Na Assembleia Legislativa do Paraná, tramita projeto de lei complementar criando região metropolitana que engloba Curitiba e outros municípios vizinhos. O objetivo é aumentar a eficiência na prestação de serviços públicos de interesse supramunicipal. O referido projeto de lei complementar prevê a criação de autarquia estadual responsável pela gestão da região metropolitana.,

Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A criação da região metropolitana depende da edição de lei complementar federal, não sendo competência da Assembleia Legislativa do Paraná.
- b) A criação da região metropolitana deverá ser precedida de plebiscito, por meio do qual é realizada consulta prévia às populações diretamente interessadas.
- c) A participação dos municípios em região metropolitana não é compulsória, em respeito à autonomia municipal.
- d) No caso em tela, a criação de autarquia estadual é inconstitucional, uma vez que o poder decisório deverá ser compartilhado entre o Estado e Municípios em uma região metropolitana.
- e) A criação de região metropolitana deverá ser feita por lei ordinária estadual.

**21.** Um Deputado Estadual do Rio Grande do Sul apresenta projeto de lei ordinária fixando o número máximo de alunos por sala de aula nas escolas do Estado. Nos debates ocorridos na Assembleia Legislativa, foram levantadas inúmeras questões em torno da constitucionalidade do referido projeto de lei.

Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto de lei não possui nenhum vício de competência e de iniciativa.
- b) O projeto de lei é inconstitucional, por invasão de competência da União, que é responsável por legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- c) Os Estados somente poderão legislar sobre o tema caso recebam delegação da União, mediante lei complementar.
- d) Não há vício de competência no projeto de lei, uma vez que legislar sobre educação é matéria da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Entretanto, há vício de iniciativa, pois o projeto de lei deveria ter sido apresentado pelo Governador, uma vez que diz respeito à administração pública estadual.
- e) O projeto de lei é inconstitucional, pois o estabelecimento de normas gerais sobre educação é competência da União.

**22.** As imprensas brasileira e internacional noticiaram amplamente massacre realizado em presídio situado no estado do Rio de Janeiro. A situação ganhou enorme repercussão, já que, para conter a rebelião de presos, as autoridades policiais agiram com enorme violência, resultado em graves violações de direitos humanos. A Polícia Civil do Rio de Janeiro abriu inquérito com o objetivo de apurar os crimes praticados.

Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento de competência com o objetivo de levar a responsabilidade pelo caso para a Justiça Federal.
- b) O Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, incidente de deslocamento de competência com o objetivo de levar a responsabilidade pelo caso para a Justiça Federal.
- c) Na fase do inquérito, o Procurador-Geral da República não poderá suscitar incidente de deslocamento de competência perante o Superior Tribunal de Justiça, devendo aguardar pela instauração do processo penal.
- d) Na situação apresentada, não será possível o deslocamento da competência para a Justiça Federal, já que os crimes foram limitados ao âmbito geográfico do estado do Maranhão.
- e) O incidente de deslocamento de competência somente poderá ser suscitado pelo Procurador-Geral da República se o inquérito policial tiver sido inconclusivo e, portanto, ficar caracterizado que o Brasil irá descumprir compromissos internacionais por ele celebrados.

**23.** Armando Nunes é Deputado Federal pelo estado de São Paulo e está sendo investigado pela prática do crime de corrupção passiva, cometido antes do início do seu mandato. Lucas Antunes, por sua vez, é Senador pelo estado de Minas Gerais e, durante discurso no Plenário, proferiu ofensas contra um desafeto político, acusando-se de ser corrupto.

Levando-se em consideração as informações acima apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) Lucas Antunes deverá ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal em virtude de ter cometido crime contra a honra de um dos seus desafetos políticos.
- b) Armando Nunes somente poderá ser processado e julgado perante o Supremo Tribunal Federal após licença prévia da Câmara dos Deputados.
- c) Armando Nunes deverá ser processado e julgado perante a primeira instância da Justiça Comum.
- d) A Câmara dos Deputados poderá sustar o andamento de ação penal contra Armando Nunes
- e) Lucas Antunes possui imunidade material limitada à circunscrição do estado de São Paulo.

**24.** Caio César é servidor público do estado de Santa Catarina há mais de 25 anos e, pelas regras atuais, poderá se aposentar daqui a 5 anos. Todavia, tramita na Assembleia Legislativa projeto de lei que altera as regras previdenciárias aplicáveis aos servidores estaduais. O projeto de lei, que pretende enrijecer as regras para a concessão de aposentadoria, foi proposto por Deputado Estadual. Segundo o referido projeto de lei, Caio somente poderá se aposentar em 10 anos.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) Caso o projeto de lei seja aprovado, ele não afetará a aposentadoria de Caio César, uma vez que a lei não poderá prejudicar direito adquirido.
- b) O projeto de lei que versa sobre aposentadoria dos servidores públicos estaduais padece de inconstitucionalidade formal e material.
- c) O Governador de Santa Catarina, ao sancionar o projeto de lei, convalidará eventual inconstitucionalidade.
- d) A aprovação do projeto de lei será prejudicial para Caio, não havendo que se falar em direito adquirido ao regime jurídico anterior.
- e) Emenda constitucional poderá afetar direitos adquiridos, mas isso não poderá ser feito pela legislação infraconstitucional.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**25.** Os poderes estatais possuem, cada um, a sua função principal, que deverá ser desempenhada de forma independente e harmônica. Isso, no entanto, não afasta o exercício do poder regulamentar, que:

- a) se relaciona com o poder de polícia, criando direitos e deveres para os administrados em prol do convívio social.
- b) constitui uma competência privativa do chefe do Executivo para regulamentar leis, preenchendo as lacunas deixadas pelo legislador de forma proposital ou não.
- c) poderá inovar na ordem jurídica em situações específicas, como na edição, pelas agências reguladoras, de um regulamento autorizado.
- d) ocorre na edição de decreto autônomo que extingue um cargo público vago.
- e) permite a edição de regulamentos, que não são controláveis pelo Poder Legislativo, em virtude da separação dos poderes.

**26.** A entidade administrativa Y pretende realizar a contratação de uma empresa para a construção de um estádio de futebol moderno, observando todas as regras de acessibilidade, boas práticas ambientais e métodos inovadores de aproveitamento de energia. Para realizar a contratação a entidade:

- a) poderá dispensar a licitação, uma vez que a observância das regras de acessibilidade afasta a necessidade do certame público, consoante previsto na legislação.
- b) não precisará licitar, já que se trata de caso de inexigibilidade, pois se trata de serviço técnico profissional, razão suficiente para configurar inviabilidade de competição.
- c) deverá promover licitação pública, na modalidade pregão, no tipo melhor técnica, uma vez que é possível descrever objetivamente, mediante padrões usuais de mercado, as características do projeto a ser contratado.
- d) em regra, promoverá licitação pública, na modalidade concurso, no tipo técnica e preço, já que a legislação determina que, quando não for o caso de inexigibilidade, a contratação de serviço técnico será realizada por meio desta modalidade.
- e) em regra, promoverá licitação pública, mas deverá realizar cotação prévia para identificar o valor estimado da contratação, para que possa definir a modalidade licitatória mais adequada para o caso.

**27.** Julio é um guarda de trânsito e lavrou um auto de infração ao identificar que Manuela utilizava o celular enquanto dirigia. O auto de infração foi encaminhado para Manuela, que, em sua defesa, alegou que Julio não comprovou que ela de fato utilizava o celular. Ao apreciar a defesa de Manuela, a autoridade competente:

- a) indeferirá a defesa, com base na presunção de veracidade dos atos administrativos, que inverte o ônus da prova na situação em apreço.
- b) deferirá a defesa, não aplicando a sanção, uma vez que Julio deveria demonstrar cabalmente, por meio de filmagens ou outros instrumentos adequados, que Manuela utilizava o telefone.
- c) indeferirá a defesa, pois os atos administrativos gozam do atributo da presunção absoluta de legitimidade.
- d) deferirá a defesa, em virtude da ausência de autoexecutoriedade presente nas multas administrativas.
- e) indeferirá a defesa, uma vez que os atos administrativos punitivos prescindem de motivação.

**28.** Jeferson comunicou aos órgãos de segurança que alguns arruaceiros pretendiam realizar uma manifestação em frente à sua casa. Segundo Jeferson, os organizadores já haviam comunicado que "quebrariam tudo" o que estivesse por perto. As autoridades confirmaram o recebimento do comunicado e informaram que adotariam as medidas administrativas para evitar ou minimizar a ocorrência de prejuízos.

Porém, na data e hora marcada, nenhuma autoridade de segurança compareceu ao local, e os manifestantes danificaram todo o muro da casa de Jeferson.

Sobre a responsabilidade civil do Estado, Jeferson:

- a) não poderá pleitear indenização do Estado, em nenhuma hipótese, uma vez que os atos exclusivos de terceiros excluem a responsabilidade estatal.
- b) poderá pleitear a responsabilidade civil do Estado, de forma objetiva, com base no risco administrativo.
- c) não poderá pleitear a responsabilidade civil do Estado, uma vez que se aplica a teoria da irresponsabilidade nessa situação.
- d) poderá pleitear a responsabilidade civil do Estado por omissão, de forma subjetiva, mas terá que demonstrar que o poder público, além da ciência do fato, tinha condições de intervir e evitar a ocorrência do dano.
- e) poderá pleitear a responsabilidade civil do Estado, presumindo-se a culpa estatal.

**29.** Uma empresa pública se diferencia de uma sociedade de economia mista, entre outros elementos, porque

- a) é criada por lei.
- b) somente admite a participação de entidades públicas na composição de seu capital.
- c) pode prestar serviços públicos ou explorar atividade econômica.
- d) possui personalidade jurídica de direito privado.
- e) é constituída sempre como sociedade anônima.



**30.** João era servidor estável, mas foi demitido de seu cargo efetivo, no âmbito federal, por supostamente ter cometido uma infração funcional grave. No entanto, João conseguiu provar que jamais cometeu a irregularidade, obtendo a anulação judicial de sua demissão. Consequentemente, foi determinado o retorno de João ao cargo de origem, que já estava ocupado por Luana, servidora estável recém empossada no novo cargo. Constatou-se também que Luana obteve a estabilidade no serviço público, anteriormente, em um outro cargo público efetivo, também na administração federal.

Considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, marque a opção correta:

- a) Luana retornará ao cargo de origem, mediante recondução, sem direito à indenização, mas também poderá ser aproveitada em outro cargo ou colocada em disponibilidade.
- b) João retornará ao cargo de origem, mediante reintegração, sem direito à indenização.
- c) João desempenhará as suas funções como excedente, até que surja uma vaga.
- d) por se tratar de medida judicial, João será nomeado para o cargo de origem, e Luana será exonerada, até o surgimento de uma nova vaga.
- e) João aguardará em disponibilidade até o surgimento da vaga, percebendo a remuneração integral do cargo até o seu aproveitamento.

### DIREITO CIVIL

**31.** Sobre os bens, é correto afirmar que

- a) Consideram-se bem imóveis as energias que tenham valor econômico
- b) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- c) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças e os acessórios.

**32.** Com base nos vícios de consentimento, responda:

- a) É nulo o negócio jurídico praticado com dolo.
- b) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- c) É de quatro anos o prazo prescricional para anulação do negócio jurídico praticado com coação, a contar do dia em que ela cessar.
- d) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

**33.** Sobre a responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta:

- a) São responsáveis os pais, pelos filhos menores mesmo que não estejam sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, em qualquer caso.
- c) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- d) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão subsidiariamente pela reparação.

**34.** Mariano, possuidor de boa-fé:

- a) responderá por todos os frutos percebidos e colhidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.
- b) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
- c) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, mesmo que der causa.
- d) O possuidor de boa-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

**35.** Pedro, Marcos e André se obrigaram a entregar a Paulo um cavalo. Contudo, na data acordada, o cavalo não foi entregue. Com base no caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Por tratar-se de obrigação solidária, Paulo poderá exigir a entrega do cavalo de qualquer dos devedores, pois todos são obrigados pela dívida toda.
- b) Mesmo que a obrigação se resolva em perdas e danos, não perderá o caráter de indivisível.
- c) Caso a obrigação se resolva em perdas e danos, todos os devedores responderão, mesmo que só um seja culpado, pois a obrigação é indivisível.
- d) Paulo poderá exigir o cavalo de qualquer um dos devedores, pois todos são obrigados pela dívida toda.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**36.** Em uma demanda na qual Roserval Jr. pleiteia indenização por danos materiais e morais contra Ricardo Vale, ao ser intimado da audiência de conciliação, Roserval Jr. informa ao seu procurador que se recusa comparecer. Argumenta que não fará acordo em hipótese alguma com a parte ré. Assinale a alternativa que indica a orientação jurídica correta considerando a disciplina do CPC a respeito da matéria.

- a) Roserval Jr. é obrigado a comparecer à audiência independentemente da manifestação quanto à pretensão conciliatória por parte de Ricardo Vale.
- b) Caso mantida a audiência pelo juízo, o não comparecimento de Roserval Jr. imporá extinção do processo sem resolução do mérito por falta de interesse.
- c) O não comparecimento à audiência, caso mantida pelo juízo, implica condenação por ato atentatório da dignidade da justiça, cuja sanção será a aplicação de multa de até 2% calculado sobre a vantagem econômica pretendida ou sobre o valor da causa.
- d) Trata-se de faculdade das partes comparecerem, uma vez que o objetivo é compor amigavelmente o litígio.
- e) Mesmo que Ricardo Vale manifeste interesse na pretensão conciliatória, Roserval Jr. não é obrigado a comparecer à audiência, uma vez que manifestou expressamente o desinteresse.

**37.** Herbert Almeida, advogado da Gael e Associados, em uma quarta-feira, foi intimado em autos que tramitam perante a Vara Federal de Blumenau em Santa Catarina, para se manifestar, no prazo de cinco dias, quanto aos documentos juntados aos autos pelo INSS em ação previdenciária.

Considerando não haver feriado nos próximos trinta dias, conclui-se que o termo final do prazo será na:

- a) segunda-feira da próxima semana.
- b) terça-feira da próxima semana.
- c) quarta-feira da próxima semana.
- d) quinta-feira da próxima semana.
- e) sexta-feira da próxima semana.

**38.** Décio Terror propõe ação contra Paulo Guimarães e requer, em sede preliminar, gratuidade de justiça. O juízo, dada a sistemática atual do CPC, concede o benefício, cita Paulo que, em preliminar de contestação, insurge-se contra o requerimento de Décio Terror, juntando aos autos documentos que apontam Décio Terror como proprietário de dezenas de propriedades em Juiz de Fora. O juízo, após intimar para manifestação da parte autora quanto à impugnação e documentos acostados, decide pela revogação do benefício de gratuidade. Nesse caso,

- a) Décio Terror poderá impetrar mandado de segurança a fim de assegurar o direito líquido e certo de demandar protegido pelo benefício.
- b) nada poderá fazer de imediato, a não ser pedido de reconsideração do requerimento de benefício revogado;
- c) poderá interpor agravo interno, no prazo de 15 dias, ao Tribunal para ver assegurada a garantia de acesso à Justiça;
- d) poderá interpor recurso de apelação, no prazo de 15 dias, com o fito de anular o ato decisório do juízo a quo.
- e) poderá interpor agravo de instrumento.

**39.** Em relação à legislação processual pertinente à tutela provisória no CPC assinale a alternativa correta:

- a) O autor responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.
- b) Na concessão de tutela de urgência é dever do juízo exigir caução real ou fidejussória, uma vez que não há previsão expressa de dispensa.
- c) A tutela de urgência de natureza antecipada independe da verificação do requisito da reversibilidade dos efeitos da decisão para que seja concedida pelo juízo.
- d) A tutela da evidência será concedida desde que demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, nas hipóteses legais previstas.
- e) A tutela de urgência de natureza cautelar será concedida se ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

**40.** Na hipótese de autos tramitarem perante outro juízo, devem ser remetidos à Justiça Federal, caso a União intervenha no processo:

- a) desde que haja requerimento expresso da Procuradoria Federal.
- b) mesmo que se trate de ação de acidente de trabalho;
- c) exceto se tratar apenas de ação afeta à Justiça Eleitoral ou do Trabalho.
- d) exceto se tratar de ação de recuperação judicial, falência, insolvência civil, acidente de trabalho e aquelas sujeitas à justiça especializada (eleitoral e trabalhista).
- e) exceto se tratar apenas de ação de recuperação judicial, falência, insolvência civil e aquelas sujeitas à justiça especializada (eleitoral e trabalhista).

**DIREITO PENAL**

**41.** O Presidente da República, durante viagem à Inglaterra, é vítima de um crime de homicídio na forma tentada, praticado por Peter, cidadão americano. Atento ao caso narrado, é correto afirmar que

- a) trata-se de hipótese de extraterritorialidade hipercondicionada.
- b) é aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.
- c) é aplicável a lei penal brasileira, sendo esta uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada
- d) é aplicável a lei penal brasileira, pelo o princípio da personalidade passiva, que é hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- e) não é aplicável a lei penal brasileira

**42.** Pedro, conhecido matador da região, obriga José a praticar um crime de furto. Pedro afirma que se José não cumprir a ordem, irá matar a esposa e os filhos de José. José, amedrontado, realiza o furto e entrega o produto a Pedro. Neste caso, José não pratica crime, em razão do (a):

- a) coação moral irresistível, que é causa de exclusão da culpabilidade.
- b) coação moral irresistível, que é causa de exclusão do fato típico.
- c) coação física irresistível, que é causa de exclusão da culpabilidade.
- d) ausência de potencial consciência da ilicitude
- e) inimputabilidade

**43.** José falsificou uma nota de R\$ 50,00, em sua própria casa. A falsificação era grosseira, perceptível facilmente a olho nu por uma pessoa de inteligência mediana. José, todavia, conseguiu utilizar a referida nota para adquirir 2kg de carne em um açougue da vizinhança.

Neste caso:

- a) José praticou o crime de moeda falsa privilegiada
- b) José praticou o crime de moeda falsa
- c) José praticou o crime de estelionato
- d) José não praticou crime
- e) José praticou o crime de moeda falsa qualificada

**44.** Maria é testemunha em determinado processo criminal no qual José é réu. Para beneficiar José, por quem nutre desejos amorosos impúblicáveis, Maria faz afirmação falsa em Juízo, afirmando que José não se encontrava na cena do crime, e descrevendo o suposto infrator como sendo pessoa alta, careca e barbuda, características diametralmente opostas às de José.

Neste caso:

- a) Maria e José devem responder por falso testemunho.
- b) Maria deverá responder pelo crime de falso testemunho, mas ficará extinta a punibilidade se houver retratação por parte de Maria até a sentença irrecorrível.

c) O crime de falso testemunho só irá se consumar se o depoimento tiver alguma relevância quando da prolação da sentença.

d) Não houve falso testemunho em razão da paixão, que é causa de exclusão da imputabilidade penal.

e) Maria deverá responder por falso testemunho, com aumento de pena que varia de um sexto a um terço.

**45.** Pedro praticou um crime de furto qualificado pelo arrombamento e empreendeu fuga. Perseguido por policiais, Pedro se dirigiu à casa de seu pai, Jonas, implorando ao genitor que lhe concedesse abrigo, "até a poeira baixar". O genitor, sabendo do crime praticado pelo filho, resiste inicialmente, mas por amor deixa o filho ficar em sua casa. Uma semana depois, Pedro se despede do pai e vai embora.

Quanto à conduta de Jonas, é correto dizer que:

a) praticou furto qualificado pelo arrombamento, como partícipe.

b) praticou favorecimento pessoal, mas será isento de pena.

c) praticou favorecimento pessoal, sem causa de isenção de pena.

d) praticou favorecimento real, mas será isento de pena.

e) praticou favorecimento real, sem causa de isenção de pena.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**46.** Se o agente for perseguido, logo após a prática da infração penal, por um cidadão comum, e então for capturado em situação que faça presumir ser ele o autor da infração, pode-se dizer que

a) houve flagrante presumido, ou ficto

b) houve flagrante impróprio

c) houve flagrante próprio

d) houve flagrante esperado

e) não houve flagrante

**47.** Maria foi vítima de um crime de injúria simples, praticado por José e por Pedro. Maria, todavia, não pretende ajuizar queixa-crime em desfavor de José, eis que é amigo de sua filha, e não quer abalar a relação entre ambas.

Neste caso, é correto afirmar que:

a) Maria não poderá ajuizar queixa-crime apenas em desfavor de Pedro, pelo princípio da indivisibilidade.

b) Maria poderá ajuizar queixa-crime apenas em desfavor de Pedro, pelo princípio da divisibilidade.

c) Maria poderá ajuizar queixa-crime apenas em desfavor de Pedro, desde que o faça dentro de seis meses a contar da ciência da autoria.

d) Se Maria ajuizar a queixa-crime apenas em face de Pedro, considerar-se-á ter havido perdão do ofendido em relação a José.

e) A renúncia ao direito de queixa em favor de José beneficiará Pedro, desde que este aceite o benefício.

**48.** Maria foi denunciada pelo MP pela prática do crime de estelionato. Recebida a denúncia, foi determinada a citação de Maria, no endereço indicado na exordial. O Oficial de Justiça, contudo, certificou que Maria não mais residia no endereço, estando atualmente na França, conforme informações de vizinhos, embora não se saiba seu endereço.

Neste caso, pode-se dizer que:

- a) Maria deverá ser citada por carta precatória
- b) Maria deverá ser citada por carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo prescricional.
- c) Maria deverá ser citada por edital
- d) Maria deverá ser citada por hora certa, por estar se ocultando para não ser citada.
- e) Maria deverá ser citada por carta rogatória, sem suspensão do curso do prazo prescricional.

**49.** José e Pedro foram denunciados pela prática do crime de roubo majorado. O Juízo, contudo, entendeu não haver justa causa, motivo pelo qual não recebeu a denúncia, extinguindo o processo.

Neste caso, caso deseje impugnar a decisão, o MP deverá:

- a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias
- c) interpor apelação, no prazo de 05 dias
- d) interpor apelação, no prazo de 10 dias
- e) impetrar Mandado de Segurança, por se tratar de decisão irrecorrível.

**50.** A imparcialidade do magistrado é uma das características do chamado sistema acusatório. Tendo isto em conta, o Código de Processo Penal traz hipóteses nas quais o Juiz será considerado suspeito ou impedido de atuar.

O Juiz será considerado suspeito quando:

- a) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- b) ele próprio houver tido atuado no mesmo caso como autoridade policial.
- c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- d) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- e) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**51.** Tendo em vista o objetivo a ser perseguido pela Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal, considere os seguintes princípios:

**I.** Embora a atual Constituição Federal relacione entre os objetivos da Seguridade Social o caráter democrático e centralizado da administração, sua gestão deverá ser quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados .

**II.** São considerados princípios constitucionais próprios da Seguridade Social a uniformidade da cobertura e do atendimento, bem como a universalidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

**III.** O princípio da distributividade impõe ao legislador a seleção dos riscos e contingências a serem atendidos pela Seguridade Social.

Está correto o que consta em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) I, apenas.
- e) nenhuma das assertivas.

**52.** Conforme previsto na Constituição Federal, a base de financiamento da Seguridade Social NÃO compreende

- a) os recursos provenientes do orçamento dos estados e dos municípios.
- b) a contribuição social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
- c) a contribuição das entidades beneficentes de assistência social, que atendam às exigências estabelecidas em lei complementar.
- d) a receita de concursos de prognósticos.
- e) a contribuição social do empregador sobre a folha de pagamento, bem como sobre a receita ou faturamento.

**53.** Segundo a lei 8.213/91, considera-se segurado empregado do Regime Geral de Previdência Social as seguintes pessoas físicas, exceto:

- a) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
- b) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por Regime Próprio de Previdência Social.
- e) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

**54.** Considere as situações hipotéticas abaixo:

- I.** Dioclécia Estephânia está acometida por doença de segregação compulsória.
- II.** Carla Leonilda está reclusa por ter roubado uma bolsa Louis Vuitton de um estabelecimento comercial, para causar inveja na sua cunhada.
- III.** Cibelle Luciana deixou de contribuir para a Previdência Social na qualidade de segurada facultativa, pois usou toda sua reserva financeira para viajar para a cidade de Brogodó e conhecer seu namorado, com quem se relacionava há 3 anos pela internet.

De acordo com o Decreto no 3.048/1999, Dioclécia Estephânia, Carla Leonilda e Cibelle Luciana, todas seguradas do RGPS, manterão a qualidade de seguradas, independentemente de contribuições, respectivamente, até:

- a) 12 meses após cessar a segregação; 12 meses após o livramento e 6 meses após a cessação das contribuições.
- b) 6 meses após cessar a segregação; 9 meses após o livramento e 12 meses após a cessação das contribuições.
- c) 24 meses após cessar a segregação; 3 meses após o livramento e 6 meses após a cessação das contribuições.
- d) 18 meses após cessar a segregação; 3 meses após o livramento e 12 meses após a cessação das contribuições.
- e) 3 meses após cessar a segregação; 6 meses após o livramento e 6 meses após a cessação das contribuições.

**55.** Carlos Joaquim foi empregado da empresa Patrão Bonito Ltda. Durante quatro meses exerceu a função de observador técnico estrategista, vindo a falecer de ociosidade múltipla degenerativa. Sua esposa Maria Joaquina, 36 anos, dependente perante o INSS, com quem Carlos Joaquim era casado há seis meses, pretende solicitar o benefício da pensão por morte. Neste caso, Maria Joaquina:

- a) não terá direito à pensão por morte, pois o segurado não tinha vertido 18 contribuições mensais, nem tampouco o casamento tinha iniciado pelo menos 2 anos antes do óbito do segurado.
- b) não terá direito, uma vez que tal benefício depende de, no mínimo, 24 meses de contribuições para seu recebimento.
- c) terá direito, uma vez que tal benefício depende de apenas 4 meses de contribuição para sua concessão.
- d) terá direito, uma vez que tal benefício independe de carência para sua concessão, bem como independe de tempo mínimo de casamento ou união estável para seu recebimento.
- e) não terá direito, pois somente acidentes do trabalho permitem aos dependentes receber tal benefício, conforme situação apresentada.

#### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**56.** Aponte a alternativa correta a respeito da "prescrição tributária":

- a) O prazo prescricional é de 5 anos, podendo ser prorrogado por igual período.
- b) O termo início do prazo prescricional é notificação regular do lançamento ao sujeito passivo.
- c) A prescrição se interrompe na execução fiscal, desde que haja citação pessoal feita ao devedor.
- d) A prescrição constitui exclusão do crédito tributário.
- e) A prescrição se interrompe por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

**57.** Sobre o crédito tributário, é correto afirmar:

- a) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir a obrigação tributária pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- b) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado por recurso de ofício.
- c) A moratória pode ser concedida especificamente a determinada categoria de sujeitos passivos.
- d) A repetição do indébito tributário não dispensa prévio protesto.
- e) É facultada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

**58.** No que diz respeito à contribuição de melhoria, e considerando o Código Tributário Nacional, aponte a alternativa incorreta:

- a) A contribuição de melhoria é um tributo de competência comum.
- b) É indispensável a valorização imobiliária para a instituição e cobrança dessa espécie tributária.
- c) O limite total de cobrança da contribuição de melhoria é a despesa realizada.
- d) A contribuição de melhoria pode ser instituída e cobrada pelo ente que realizou a obra pública da qual resulte valorização imobiliária ou pelos Municípios, caso recebam tal delegação por meio de lei.
- e) O limite individual de cobrança da contribuição de melhoria é o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**59.** São tributos sujeitos ao princípio da anterioridade anual, exceto:

- a) empréstimo compulsório, na hipótese de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional.
- b) imposto sobre produtos industrializados.
- c) fixação da base de cálculo do IPTU.
- d) imposto de renda.
- e) imposto sobre a propriedade territorial rural.

**60.** Aponte a alternativa que apresenta um tributo que não pode ser instituído pela União:

- a) Impostos municipais nos territórios federais divididos em Municípios.
- b) ICMS-Extraordinário.
- c) Contribuições de intervenção no domínio econômico.
- d) Novas contribuições como fontes de custeio para o financiamento da seguridade social.
- e) Impostos municipais nos territórios federais não divididos em Municípios.

**QUESTÃO DISCURSIVA**

Ricardo, servidor público ocupante de cargo efetivo em Tribunal Federal, utilizou veículo pertencente ao Tribunal para fins estranhos ao serviço, retirando-o, sem a devida autorização da garagem do edifício no qual funciona o Tribunal, para realizar, no final de semana, viagem ao litoral. Carlos, amigo de Ricardo, conduziu o veículo e transportou, além de Ricardo, mais quatro passageiros, cobrando dos mesmos R\$ 50,00 (cinquenta reais) pelo traslado. Carlos conhecia a procedência do veículo. Saulo, chefe imediato de Ricardo, sabia do ocorrido e não adotou qualquer medida para impedir que Ricardo utilizasse o veículo oficial em proveito próprio e tampouco comunicou ao Diretor da repartição.

Considerando as disposições da Lei nº 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, bem como a Lei nº 8.429/92, que estabelece as sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- A que penalidade Ricardo está sujeito? Quem é a autoridade competente para aplicação da pena e quais são as fases do correspondente processo disciplinar? Qual o prazo prescricional da correspondente ação disciplinar? Esse prazo é passível de interrupção? Em caso positivo, em que hipótese(s)?
- Ricardo se sujeita, mesmo na hipótese de condenação na esfera administrativa, às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa? Quais seriam essas sanções? Carlos, que não é servidor público, também está sujeito às referidas sanções? É determinante, para fins de configuração da(s) conduta(s) como ato de improbidade, a comprovação do dano ao patrimônio público?
- Saulo também pode responder por ato de improbidade? Admite-se que conduta omissiva seja configurada como ato de improbidade?
- A resposta se dará em até 60 Linhas.

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

## FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



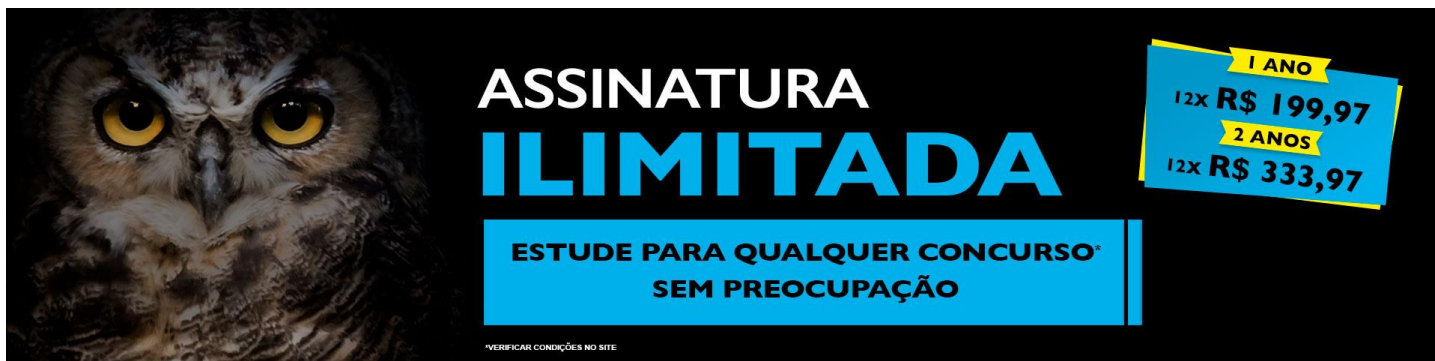
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## Preencha o Gabarito!

<https://estr.news/Simulado-TRF3-01>

### *Não é assinante?*

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE

**1 ANO**  
12x R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12x R\$ 333,97